
A reforma do novo ensino médio brasileiro e o avanço das ideias neoliberais nas políticas educacionais

The reform of New High School education in Brazil and the advance of neoliberal ideas in educational policies

Rodrigo Gonçalves Duarte
Dirceu Santos Silva
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
Campo Grande-Brasil

Resumo

O objetivo é analisar a produção científica e a influência do neoliberalismo no Novo Ensino Médio (NEM), política educacional criada no Governo Temer. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. A busca foi feita por meio dos descritores “NEM” e “Neoliberalismo”, em dezembro de 2022, no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com o recorte temporal entre os anos de 2012 e 2022. Duas categorias foram selecionadas: NEM/Currículo e o NEM como Política Neoliberal. A reforma do NEM se aproximou das ideias neoliberais, em atendimento ao mercado internacional, com forte presença do empresariado na influência da política. Conclui-se que a política do NEM foi um retrocesso para as políticas educacionais, com ênfase nos resultados, em uma perspectiva neoliberal de mercantilização do direito.

Palavras-chave: Política social; Política educacional; Novo Ensino Médio.

Abstract

The main is to analyze the scientific production and the influence of neoliberalism in the New Secondary School (NEM), an educational policy created during the Temer Government. A bibliographical research with a qualitative approach was used. The search was carried out using the descriptors “NEM” and “Neoliberalism”, in December 2022 on the Periodicals Portal of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (Capes), with the time frame between the years 2012 and 2022. Two categories were selected: NEM/Curriculum and the NEM as a Neoliberal Policy. The NEM reform came closer to neoliberal ideas, in service to the international market, with a strong presence of business people as policy makers. It is concluded that the NEM policy was a setback for educational policies, with an emphasis on results, in a neoliberal perspective of commercialization of law.

Keywords: Social policies; Educational policies; New High School.

1. Introdução

Desde o *impeachment* proposto pela direita brasileira, em 2016, com a desconfiança de que a Presidenta da República, Dilma Vana Rousseff, seria incapaz de realizar os ajustes econômicos em atendimento às demandas do mercado mundial, o Brasil passou por uma crise institucional. O Governo de Michel Miguel Elias Lúcia Temer (Governo Temer) anunciou um pacote de medidas para fazer retroceder os direitos sociais contemplados na Constituição da República Federativa de 1988 (CF-1988), com o argumento de que era preciso recuperar a confiança dos investidores internacionais e promover o crescimento econômico do Brasil. Vale ressaltar que o golpe contra Dilma foi materializado, em abril de 2016, com o argumento de terem sido cometidos crimes fiscais ou pedaladas fiscais (Duarte; Derisso, 2017).

O Governo Temer propôs diversas mudanças econômicas neoliberais: reduziu o orçamento e rompeu o compromisso com a política social brasileira dos governos anteriores (Lula e Dilma), o que impediu que serviços públicos pudessem ser garantidos de forma adequada à população, como os das áreas da educação, saúde, previdência social e habitação (Souza; Hoff, 2019).

Na educação, a reforma do Ensino Médio foi proposta com urgência e de forma acelerada pelo Governo Temer, a partir da Medida Provisória n. 746/2016. A promulgação da reforma do NEM ocorreu por meio da Lei n. 13.415/2017, o que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e estipulou um prazo máximo de cinco anos de ampliação da carga horária para 1.400 horas, em atendimento ao período integral do Ensino Médio. Ao ampliar em sete horas diárias, a legislação não considerou a realidade dos jovens brasileiros, que precisam conciliar estudos e trabalho. A preocupação central foi atender aos padrões internacionais e à necessidade do mercado em um contexto neoliberal (Lima; Maciel, 2018).

Vale ressaltar que outras reformas foram propostas de forma paralela, com destaque para a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n. 241 (substituída pela PEC n. 55), que instituiu a reforma trabalhista (Lei n. 13.467/2017), e a reforma da previdência, proposta no Governo Temer e promulgada no Governo de Jair Messias Bolsonaro (Governo Bolsonaro). Desta maneira, na reforma do NEM, buscou-se: atender aos padrões internacionais de ensino e estabelecer uma educação de cunho tecnicista e produtivista, com ênfase na formação do sujeito para atender às demandas do mercado. Instituições,

professores, alunos, gestores e demais profissionais especialistas na temática não foram consultados. A reforma do NEM foi feita às escuras, sem considerar a sociedade, que é a real interessada na política (Lima; Maciel, 2018).

A reflexão central, então, baseou-se nas seguintes questões: Como foram constituídos os discursos no processo de tramitação da reforma do NEM? Quais foram as repercussões e discussões após a aprovação da reforma do NEM? O que diz a produção científica sobre a influência das ideias neoliberais na reforma do NEM?

O objetivo foi analisar a produção científica e a influência do neoliberalismo no NEM, política educacional criada no Governo Temer e implementada no Governo Bolsonaro.

2. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que, de acordo com Andrade (2010), corresponde a uma abordagem inicial da temática para consolidar o embasamento teórico de pesquisas posteriores. Boccato (2006) também salienta que a pesquisa bibliográfica:

[...] busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica (Boccato, 2006, p. 266).

Sousa, Oliveira e Alves (2021) salientam que não basta apenas analisar a produção científica, mas é preciso proporcionar resultados sistematizados. A análise da produção torna-se fundamental para uma pesquisa bibliográfica de qualidade. Assim, utilizou-se uma abordagem qualitativa que, de acordo com Minayo (2012), compreende a interpretação como um ato contínuo e inacabado, o que permite relacionar a literatura científica com o objetivo da pesquisa.

Os artigos analisados foram buscados em dezembro de 2022, no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio dos descritores “Novo Ensino Médio” e “Neoliberalismo”, e tiveram por filtro “artigos revisados por pares”. O recorte temporal envolveu o último decênio, de 2012 a 2022, com o objetivo de selecionar apenas os artigos sobre a temática. Foram encontradas 15 produções e, após a leitura do título, dos resumos e da introdução, foram selecionados oito artigos. Do total, quatro artigos foram excluídos por repetição, pois apareciam mais de uma vez nos resultados e outros três, por não se enquadrarem no contexto da temática

do artigo. A seleção dos artigos abordou os dois descritores utilizados durante a busca, bem como aderiu à temática do estudo.

Todos os artigos selecionados foram lidos na íntegra. Na seção análise dos resultados, foram apresentados o título, o objetivo, a metodologia e uma síntese dos principais achados, com o objetivo de elencar categorias de análise e responder a problemática.

3. Fundamentação teórica

Para Harvey (2008, p. 9), o neoliberalismo corresponde a “uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais”, o que pode gerar liberdade de mercado e de propriedade privada. O papel do Estado, em um contexto neoliberal, deve garantir a primazia do mercado, bem como a promoção, criação e preservação da estrutura institucional de garantia das liberdades e da integridade da economia.

A competição internacional no mercado é vista como importante no contexto do neoliberalismo, já que visa à melhoria da eficiência e produtividade, reduz os preços e controla as tendências inflacionárias.

Freitas (2018) argumenta que a proposta do neoliberalismo individualiza os processos pelos quais a organização empresarial toma conta das atividades públicas do Estado, que passa a ter pouca intervenção. Com relação à educação, o teórico argumenta que esse modelo gera uma política que busca cumprir as metas e os objetivos por meio da preconização do estabelecimento de competências e habilidades, fatores que são associados ao neoliberalismo.

Para os defensores das ideias neoliberais, a educação e os demais direitos sociais não devem ser ofertados de forma pública, pois o Estado deve ter intervenção mínima. Deste modo, o discurso neoliberal na educação existe e expressa uma relação de poder que deve estimular o desenvolvimento de atitudes de competitividade, a partir das necessidades do mercado. O neoliberalismo corresponde a um modelo econômico capaz de transformar a educação em mercadoria e o aluno em um agente competitivo para o mercado de trabalho (Harvey, 2008).

As ideias neoliberais ganharam destaque no ano de 1974, na economia global, quando o capitalismo passou por uma crise e ocorreu uma superprodução. A partir do forte

estímulo à produção e à capacidade produtiva mundial de produtos alemães e japoneses, o mercado mundial foi afetado, e a lucratividade das empresas passou por um período de capacidade ociosa (Chesnais, 1996). A ideia neoliberal foi disseminada e tornou-se necessária para acabar com as pressões dos sindicatos e as intervenções sociais e econômicas do Estado. A aplicação da concepção neoliberal foi colocada em prática, em um primeiro momento, após a eleição de Margaret Thatcher, em 1979, na Inglaterra, e com a eleição de Ronald Reagan, em 1981, nos Estados Unidos da América (EUA). Uma das razões para sua implementação ocorreu em decorrência da desregulamentação financeira, que é fruto da globalização e corresponde a um dos fundamentos para a acumulação do capital. Outro fator que contribuiu para o avanço do neoliberalismo pelo mundo foi a crise da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (Carinhoto, 2008).

No caso do Brasil, na década de 1970, ampliaram-se as políticas sociais. No entanto, a crise econômica global, em decorrência da “crise do petróleo”, afetou, de forma significativa, o desenvolvimento da política brasileira (Carinhoto, 2008). A partir das políticas recessivas, cresceu a pressão por reformas, como uma maneira de combater a crise do Estado, as receitas diminuíram e as despesas aumentaram, o que levou o Brasil a endividar-se e impossibilitou que o País desenvolvesse políticas sociais e econômicas com autonomia.

Nesse sentido, concomitantemente à perda da capacidade de regular os fluxos de capitais e mercadorias que circulavam na economia internacional, em sua face interna a crise figurou-se na redução da capacidade dos governos de regular o mercado interno, coordenar a alocação dos investimentos e arbitrar o conflito distributivo (Carinhoto, 2008, p. 40).

Para Santos (2012), foi a partir desse cenário que se constituiu o paradigma da reforma do Estado brasileiro. As políticas sociais, no Brasil, consolidaram-se nos anos de 1980, como uma forma de proteção social, e obtiveram seu auge na promulgação da CF-1988. A legislação contemplou, como direito, a seguridade social, o lazer, a saúde e a educação para os que tinham emprego formal e para aqueles que não mantinham vínculo trabalhista. Faleiros (2012) destaca que o formato de seguridade social buscou romper com as concepções de cobertura restrita aos setores que foram inseridos no mercado formal, o que consolidou uma forma de abrandar os vínculos entre contribuições e benefícios, proporcionando o surgimento de mecanismos mais redistributivos. Os benefícios

A reforma do novo ensino médio brasileiro e o avanço das ideias neoliberais nas políticas educacionais

passaram a ser observados a partir da concepção das necessidades, com fundamento nos ideais de justiça social.

Nesse contexto, o modelo constitucional, que implementou a política social, caracterizou-se pela universalização do reconhecimento dos direitos sociais como dever do Estado, e as ações privadas deveriam estar sob a regulação estatal devido à relevância da concretização desses direitos (Fleury, 2004). Carinhoto (2008) destaca que esse ideal permaneceria até a implementação das políticas neoliberais, no Governo Collor. A reforma do Estado previu a abertura do mercado brasileiro, de forma que pudesse competir com o estrangeiro. No entanto, tais práticas consolidaram novas crises no Brasil, fator a ser explorado na próxima seção.

4. O Brasil e as políticas neoliberais de 1990 a 2016

Desde 1990, o Brasil passou a intensificar a implementação das políticas neoliberais, sobretudo com o plano cruzado do Governo Fernando Collor de Mello (1990-1992) (Governo Collor) e o plano real, no Governo de Fernando Henrique Cardoso (Governo FHC) (1995-2022) (Santos, 2012). Segundo Santos (2012, p. 213), foi a partir da ideia ineficaz do "Plano Cruzado", e, de forma específica: "da coalizão política vencedora das eleições presidenciais, em 1989, esse adiamento deixou de ser possível e Collor de Mello (presidente) irá colocar o Brasil no rol dos 'experimentos' (testes econômicos) neoliberais". O foco do Governo Collor foi abrir o mercado mundial e estabilizar a economia do Brasil. Essa política foi, ao longo dos governos sucessores, aperfeiçoada, tanto nos mandatos do Governo FHC como nos mandatos do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Governo Lula), que ganhou *status* de "grande consenso supra ideológico" (Santos, 2012, p. 214), consolidada como um "patrimônio nacional", responsável por fazer com que a economia brasileira pudesse superar a inflação e encontrar a estabilidade.

Santos (2012) destaca que as soluções buscadas pelos governos para o enfrentamento da inflação vieram acompanhadas de uma política econômica que ainda era restrita, voltada para a abertura do comércio mundial. Embora o Brasil tenha se adequado aos padrões internacionais, a abertura comercial foi estimulada pelas políticas neoliberais, o que virou um pretexto para tornar a economia mais competitiva, reduzir os custos e alcançar o equilíbrio financeiro. A ideia de *Welfare State*, ou a constituição de um Estado de Bem-Estar Social, não foi materializada em um contexto de avanços das políticas neoliberais implementadas, na década de 1990. Isso causou graves crises nacionais,

principalmente com relação ao desemprego, no Governo FHC, que só não foi em quantitativo mais expressivo pelo aumento avassalador do emprego autônomo e sem carteira assinada, sobretudo nos primeiros anos de sua administração (Santos, 2012; Lima; Maciel, 2018). As precárias condições de trabalho foram consolidadas. De acordo com Mattoso (1998 *apud* Santos, 2012, p. 217), foram “precárias com ampliação da ocorrência de condições de trabalho onde prevalecem situações sem contribuição à previdência e, portanto, sem acesso à aposentadoria e demais benefícios previdenciários”.

Tristão (2011), ao analisar o primeiro mandato de Lula, ressalta que suas políticas não foram apenas econômicas, mas reforçam seu viés com fortes implicações à esquerda brasileira. O Partido dos Trabalhadores (PT), desde a década de 1980, foi consolidado por grandes intelectuais de esquerda, os reais protagonistas da democracia e da conquista das políticas sociais.

É importante salientar que “as práticas econômicas e a política do primeiro governo Lula não foram só neoliberais, mas, mais intensas no sentido ortodoxo que o governo anterior” (Tristão, 2011, p. 126). O PT saiu prejudicado, essencialmente, quando se propôs a empreender as reformas sindical e trabalhista, o que consolidou fortes alianças de centro e direita e com grandes partidos de oposição dentro da própria esquerda, como é o caso do Partido Socialismo e Liberdade (Psol).

Machado (2009) aponta que as notórias mudanças político-ideológicas do PT, ao longo do Governo Lula, provavelmente trouxeram muitas dificuldades para o resgate de seus compromissos históricos com todos os trabalhadores. Essas transformações contribuíram para que as classes dominantes aceitassem com facilidade a eleição de um trabalhador, que chegou a ser Presidente da República, e proporcionar alterações nas estruturas que favorecessem, principalmente, os mais pobres, ao promover uma política social, mas, ao mesmo tempo, adequar-se aos padrões do mercado internacional. Lula buscou agradar tanto a elite brasileira quanto a classe pobre.

Paccola e Alves (2018) destacaram que existe um ponto de ruptura do equilíbrio na relação de forças que deu base aos governos do PT e que foram os aprofundamentos das políticas “neodesenvolvimentistas”, que se consolidaram principalmente a partir do primeiro Governo Dilma (2011). No caso dos dois mandatos do Governo Lula, os fundamentos da política eram voltados à macroeconomia neoliberal e foram mantidos e aperfeiçoados nos mandatos de Dilma, que estabeleceu como metas combater essas

A reforma do novo ensino médio brasileiro e o avanço das ideias neoliberais nas políticas educacionais

políticas, a partir da ideia de que essas propostas eram entraves para o desenvolvimento da economia.

De acordo com Paccola e Alves (2018), Dilma entendeu, desde o início, a necessidade de rever a política do tripé, e foi vista como uma economista desenvolvimentista, pelo fato de ter declarado que, para se desenvolver, o Brasil necessitava “equacionar” as três amarras: taxa de juros alta, câmbio e impostos altos, que atrasaram a economia brasileira.

Segundo Souza e Hoff (2019), o neodesenvolvimentismo e o desenvolvimentismo adotados pelo PT referem-se a:

[...] estratégias de desenvolvimento fundamentadas na teoria macroeconômica keynesiana, ideias que permitem que as nações em desenvolvimento desloquem o foco das propostas/pressões das nações desenvolvidas por mudanças e novas políticas econômicas (Souza; Hoff, 2019, p. 2).

Com o *impeachment* de Dilma, o Brasil voltou a se deparar com o que pode ser considerado, segundo Souza e Hoff (2019), o “retorno às intervenções neoliberais” de uma administração que é levada ao poder a partir de um processo de *impeachment* sem fundamento, que derrubou a presidenta, eleita democraticamente.

Para Souza e Hoff (2019), foram tomadas decisões no sentido de modificar a direção das estratégias financeiras para as chamadas ações neoliberais. A primeira reforma concretizada foi a PEC n. 241/2016, que foi aprovada em 15 de dezembro de 2016, como Emenda Constitucional n. 95. A proposta foi aprovada com a intenção de retomar o crescimento econômico por meio do corte de gastos. O Governo Temer fez um corte em gastos públicos por 20 anos, ao reduzir o poder do Estado e impedir que o sistema constitucional de políticas sociais, que inclui saúde, educação, lazer e previdência social, funcionasse de forma adequada.

A principal ação neoliberal no Governo Temer na educação foi a reforma do NEM. Duarte e Derisso (2017) apontaram que a proposta de reforma se baseava na ineficiência do modelo vigente e que os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) e das avaliações externas não estavam alinhados aos padrões mundiais.

A Medida Provisória n. 746, de 22 de setembro de 2016, implementada por Temer, tinha: “[...] como principal determinação a flexibilização do Ensino Médio, por meio da oferta de diferentes itinerários formativos, inclusive a oportunidade de o jovem optar por

uma formação técnica profissional dentro da carga horária do ensino regular” (Brasil, 2016, p. 21).

Tais pressupostos, implementados por Temer, seriam mais uma jogada para colocar em prática o neoliberalismo na Educação, com uma proposta de formação na qual a qualificação seria o Ensino Técnico profissional, ou seja, a formação de mão de obra que se alinhasse às recomendações do Banco Mundial (Bird) e do Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef) (Duarte; Derisso, 2017).

5. O ensino médio brasileiro

O Ensino Médio brasileiro foi inicialmente estabelecido por meio da LDBEN, de 20 de dezembro de 1961 (Lei n. 4.024/1961), que estabelecia a Educação do Ensino Pré-primário até o Ensino Superior. Para o Ensino Médio, utilizou-se a nomenclatura Grau Médio, conforme destacado no art. 33. O art. 34 complementa que o Grau Médio ocorria em duas partes e abrangeia os Ensinos Secundário, Técnico e de formação de professores.

Em 20 de dezembro de 1996, com a aprovação da LDBEN n. 9394, o Ensino Médio passou a ser incluído como etapa final da Educação Básica. Com base na LDBEN, o Ensino Médio corresponde a uma etapa importante na consolidação da formação juvenil, que firmava aquilo que foi aprendido anteriormente.

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (Brasil, 1996, s/p.).

O aprimoramento da Educação no Ensino Médio foi fundamental para que o jovem desenvolvesse autonomia do pensamento crítico e intelectual, de maneira a relacionar a prática com a teoria ensinada em cada componente curricular. Neste contexto, o Ensino Médio passou a integrar a Educação Básica e seu reconhecimento desobriga a matrícula, desde 2009, por meio da Emenda Constitucional n. 59.

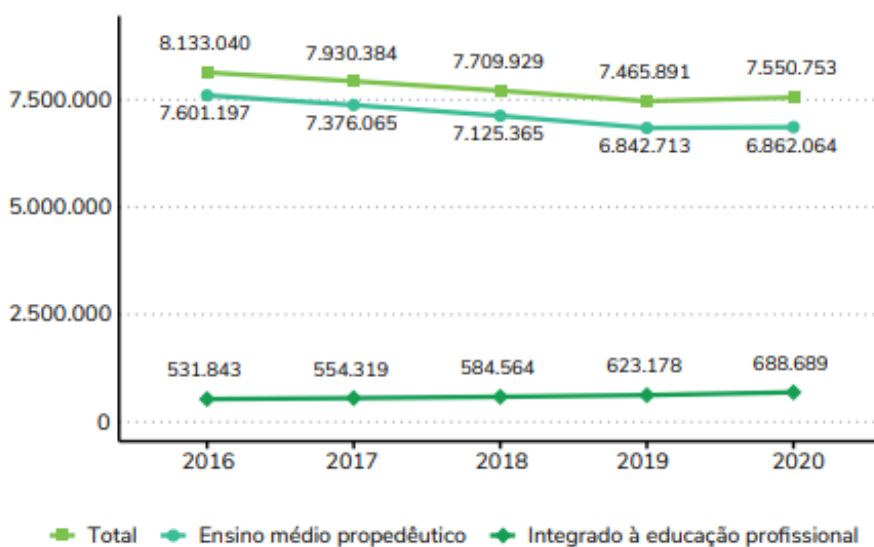
Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Inciso com redação dada pela Emenda

A reforma do novo ensino médio brasileiro e o avanço das ideias neoliberais nas políticas educacionais

Constitucional n. 59, de 2009). II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional n. 14, de 1996) (Brasil, 1988, s/p.).

Segundo dados do Censo da Educação Básica de 2020, coletados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (Brasil, 2021), existiam 7,6 milhões de matrículas no Ensino Médio. O documento ressalta que houve uma elevação de 1,1% do número do ano anterior, em 2019. Essa elevação no número de matrículas interrompeu as quedas registradas de 2016 a 2019 (8,2%). Outra observação importante é que a Educação Profissional tem apresentado tendência de crescimento de 29,5% nos últimos cinco anos e passou de 531.843, em 2016, para 688.689 matrículas, em 2020, conforme apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Número de matrículas no Ensino Médio (total, integrado e não integrado à Educação Profissional) no Brasil entre 2016 e 2020



Fonte: Brasil (2021, p. 26).

No Gráfico 1, constata-se a existência de duas formas de Ensino Médio, a propedêutica e a integrada ao ensino profissional. Saviani (2007) já salientava o modelo dual na educação brasileira, como mostra o trecho a seguir:

A referida separação teve uma dupla manifestação: a proposta dualista de escolas profissionais para os trabalhadores e “escolas de ciências e humanidades” para os futuros dirigentes; e a proposta de escola única diferenciada, que efetuava internamente a distribuição dos educandos segundo as funções sociais para as quais se os destinavam em consonância com as características que geralmente decorriam de sua origem social (Saviani, 2007, p. 159).

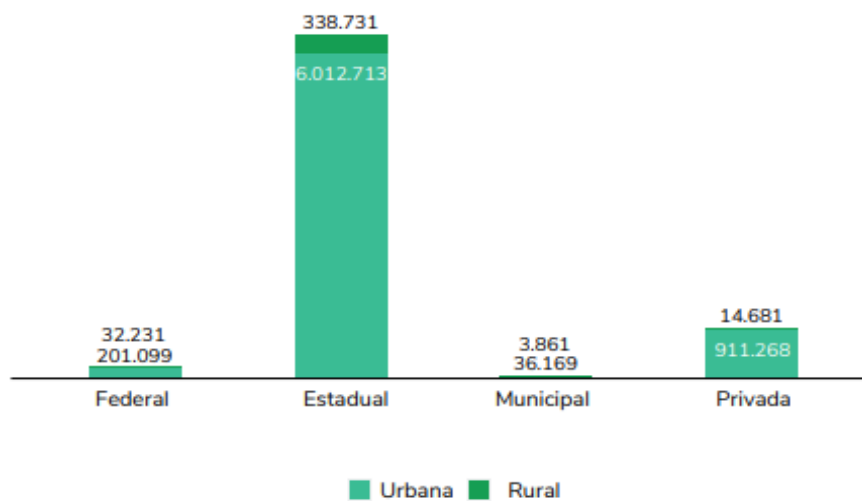
A proposta do NEM reforça a dualidade destacada na educação brasileira por Saviani (2007), já que busca a separação do ensino: técnico (para as classes mais baixas e

que precisam atender a demanda de mercado) e propedêutico (para as classes mais altas e que buscam um aprofundamento na universidade com a formação superior).

A partir do Gráfico 1 mencionado e com base no Censo Escolar de 2020, a rede estadual possuía a maior proporção na taxa de matrículas (84,1%), por ser o ente federado responsável, seguido da rede privada (12,3%). A rede federal tem apresentado expansão no atendimento do Ensino Médio, no entanto, a taxa de matrículas nessa instância era de 3,1%. O Censo Escolar ressalta que: “Os percentuais de matrículas da rede estadual e da rede privada se mantiveram relativamente estáveis entre 2016 e 2020. Enquanto isso, observou-se um aumento de 1,0 p.p. na participação das matrículas da rede federal” (Brasil, 2021, p. 27).

No total, 94,8% dos alunos do Ensino Médio estão matriculados em escolas urbanas, e 5,2% em escolas rurais. Deste montante, 96.2% das matrículas registradas em escolas rurais são atendidas pela rede pública, conforme indicado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Número de matrículas no Ensino Médio, segundo a dependência administrativa e a localização da escola no Brasil em 2020



Fonte: Brasil (2021, p. 27).

Para Gonçalves (2017), diante das dificuldades enfrentadas pelo Ensino Médio brasileiro, como a falta de qualidade e as condições desiguais de oferta, a alta taxa de evasão e a baixa adesão nas avaliações externas tornaram-se ponto de debate acadêmico e do setor público, que visava a encontrar uma política que atendesse a essa etapa da Educação Básica.

A reforma do novo ensino médio brasileiro e o avanço das ideias neoliberais nas políticas educacionais

A reforma do Ensino Médio é um ponto a ser debatido a partir da influência neoliberal, já que se deve pensar em uma agenda que atenda aos princípios de uma Educação com qualidade. A qualidade no contexto da reforma está ligada ao desenvolvimento de competências e habilidades, que são valores preconizados pelo neoliberalismo. Assim, apresentado um panorama estatístico do Ensino Médio brasileiro, serão apresentados, a seguir, como se consolidou a agenda do NEM, no Brasil, e quais foram as influências neoliberais em sua constituição.

6. A agenda do Novo Ensino Médio

Ferretti (2019) destaca que a agenda do NEM expressa na Lei n. 13.415/2017 promoveu mudanças expressivas na LDBEN. O conteúdo da política visa flexibilizar o currículo, o que o torna reducionista. A política propõe uma forma dita “atual” de atingir as diferentes “juventudes” e a diversidade de culturas, ao atender às demandas e uma educação de qualidade.

Nesse pressuposto, Lima e Gomes (2022) evidenciam que é oportuno descrever que as reformas educacionais, desde a década de 1990, pautam-se na ideia de reforma administrativa do Estado e foram influenciadas pela ideia de modernização do País, da melhoria da qualificação da mão de obra e das transformações que ocorreram nas formas de produção do capitalismo. A ação de muitos empresários ganhou expressividade nos espaços de formulação de políticas públicas, assim como foi consolidada a ideia de formação por meio de parcerias entre a rede pública e a rede privada. Quando se refere ao NEM, novamente pode-se perceber o alinhamento da proposta com os interesses neoliberais do mercado.

Luz *et al.* (2018) dizem que o Ministro da Educação, à época, José Mendonça Bezerra Filho, quando foi aprovada a lei de reforma do NEM, disse que o modelo de Ensino Médio surgiu devido às baixas nos índices de desempenho dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática, como apontava o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que não tinha alcançado as metas projetadas desde o ano de 2011. Além disso, salientava a existência de uma estrutura curricular ineficiente, pois o jovem cursava 13 componentes curriculares, considerados excessivos, desvinculados da realidade, responsáveis pelo abandono e desinteresse do estudante.

Outro ponto determinante foi o baixo desempenho no Pisa, já que somente 16,5% dos estudantes ingressaram no Ensino Superior e 8% cursam a Educação Profissional,

considerada análoga ao sistema educacional brasileiro. Cerca de 75% dos estudantes do Ensino Médio eram bem formados para o mercado de trabalho (Luz et al., 2018).

Além disso, o Brasil também sofria fortes pressões dos organismos multilaterais internacionais, como: da Organização das Nações Unidas (ONU); da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE); do Fundo das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco); do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); do Unicef e do Bird, pois o Brasil ocupava a 60ª posição do *ranking* mundial de Educação. O baixo desempenho dos estudantes do Ensino Médio no Sistema da Educação Básica (Saeb) também foi uma das motivações para a reforma. Esses argumentos foram utilizados de forma expressiva para fundamentar as transformações advindas para a formulação do NEM (Luz et al., 2018).

Lima e Maciel (2018) afirmaram que o NEM e a PEC de congelamento dos gastos sociais corresponderam a uma corrosão no direito à Educação, ao asfixiar e causar um dos maiores retrocessos nas políticas públicas. As reformas buscaram atender às demandas neoliberais e neoconservadoras em longo ou curto prazos e não visam ao bem-estar social.

A reforma do NEM mudou toda a base curricular e organizacional do Ensino Médio. Essas transformações estão em processo de implementação, a partir das orientações contidas em documentos importantes, que, segundo Much (2021), são feitas para a orientação do trabalho docente, mas não são capazes de sanar todas as dúvidas dos professores relacionadas à reformulação do Ensino Médio.

7. Análise dos resultados emergidos da produção científica

O Quadro 1, a seguir, expõe as produções encontradas nas bases de dados, com artigos catalogados segundo os requisitos definidos na metodologia.

Quadro 1 – Artigos produzidos de 2018 a 2022 sobre o NEM e o neoliberalismo

Autor(es) e ano	Título	Objetivo	Metodologia	Principais resultados
Salvino (2018)	A <i>continuidade/descontinuidade nos currículos de educação integral: reflexões a partir do programa ensino médio inovador em Campina Grande/PB</i>	Analisar continuidades e descontinuidades na proposta de currículo de educação integral, ao evidenciar como aconteceu a reestruturação do Programa	Pesquisa documental e empírica, com abordagem qualitativa	As análises apontaram que o neoliberalismo é mais do que uma doutrina político-econômica; trata-se de um discurso com forte penetração na Educação e nas escolas, o que contribui de forma

A reforma do novo ensino médio brasileiro e o avanço das ideias neoliberais nas políticas educacionais

Autor(es) e ano	Título	Objetivo	Metodologia	Principais resultados
		Ensino Médio Inovador a partir do marco temporal de 2016		direta para a reordenação da escola capitalista e a intensificação das parcerias público-privadas
Costa e Silva (2019)	<i>Educação e democracia: base nacional comum curricular e novo ensino médio sob a ótica de entidades acadêmicas da área educacional</i>	Analisar a formulação e os interesses envolvidos, bem como os objetivos de dois atos normativos que alteram aspectos significativos da educação no Brasil, o NEM e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no Governo Temer (2016–2018)	Abordagem qualitativa, bibliográfica e documental.	A pesquisa levou em consideração três eixos determinantes: a noção de democracia no contexto do neoliberalismo; o direito à educação e o conhecimento mais amplo da juventude, e medidas que acenaram para a privatização da Educação
Ferreira (2020)	<i>Educação™: discussões sobre o “Novo Ensino Médio” do Brasil</i>	Debater como a dimensão da Educação se inseriu e pode se inserir nas propostas neoliberais, ao refletir sobre os obstáculos e desafios que possam haver e um ensino que transforme	Estudo qualitativo de caráter documental e bibliográfico	Indicaram que existem indícios de uma complexa estrutura de relações que envolve a proposta do NEM, com um foco explícito na defesa da implementação da BNCC
Esquinsani e Sobrinho (2020)	<i>O retrocesso da reforma do ensino médio, a BNCC, o neoliberalismo educacional e a marginalização dos institutos federais (IFs)</i>	Analisar e discutir as principais justificativas governamentais para a política educacional do NEM e da BNCC para o Ensino Médio	Metodologias documental e bibliográfica de abordagem qualitativa	Buscou-se demonstrar a existência de um conflito da compreensão de Educação para a Formação Integral com base na política neoliberal. O artigo aponta para um retrocesso, comparado a outras reformas anteriores, e conclui que existe um debate neoliberal que

Autor(es) e ano	Título	Objetivo	Metodologia	Principais resultados
				rodeia a política e a retomada da visão de Educação Integral e de Educação Profissional Integral
Santos (2021)	<i>Políticas contemporâneas para o ensino médio brasileiro: entre tradições disciplinares e o novo gerencialismo</i>	Realizar uma reflexão no campo da História do Currículo que possa ajudar a compreender o processo de elaboração da política curricular e a relação entre estabilidade e a transformação quando se trata de pensar em diferentes momentos históricos	Pesquisa teórica, com abordagem qualitativa	Concluiu-se que existe atenção nas estratégias discursivas que: permite que alguns enunciados sejam constantemente lembrados, de acordo com as práticas em andamento; permite o recapeamento e a promoção da incorporação de normativas neoliberais, que incluem a ideia de gerencialismo.
Weinheimer e Wanderer (2021)	<i>O (novo) ensino médio na visão dos alunos: rastros da racionalidade neoliberal</i>	Examinar as relações entre a educação contemporânea e a racionalidade neoliberal	Abordagem qualitativa e análise do discurso de Foucault, como base	De forma especial, o estudo buscou analisar alguns discursos de alunos sobre a escola e sobre o Ensino Médio, a partir da sua implementação. Os autores concluíram que as lógicas neoliberais estão inseridas no Ensino Médio, com ênfase no aperfeiçoamento, na competitividade e autopromoção
Silva e Morais (2022)	<i>Agenda neoliberal, juventude e trabalho: uma análise discursiva de coleções didáticas do Novo Ensino Médio</i>	Investigar como foi o discurso sobre o trabalho em três coleções didáticas de Projeto de Vida em articulação com a ideia neoliberal	Pesquisas documentais descritiva e interpretativa, com abordagem qualitativa	Os principais achados indicaram que o discurso neoliberal consta nas relações de trabalho e nos discursos de instabilidade do mundo, bem como na necessidade de fazer emergir novas condutas flexíveis e proativas nas

A reforma do novo ensino médio brasileiro e o avanço das ideias neoliberais nas políticas educacionais

Autor(es) e ano	Título	Objetivo	Metodologia	Principais resultados
				coleções didáticas do NEM
Silva e Scherer (2022)	<i>A emergência das escolhas individuais como um princípio curricular no Brasil: uma crítica à escola do neoliberalismo</i>	Problematizar a emergência das escolhas dos estudantes como um princípio curricular para a escolarização dos adolescentes e jovens	Pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa	No artigo, apresentou-se um balanço de que há revalorização da voz dos estudantes por meio da aprendizagem intergeracional. Essa defesa ocorreu do ponto de vista pedagógico e está baseada na ideia de produzir resistência aos excessos de individualização das políticas curriculares de inspiração neoliberal

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

8. Categorias de análises

Após realizados os resumos, foram realizadas a categorização e a análise dos trabalhos. Nos oito trabalhos selecionados, emergiram duas categorias principais: o NEM/Currículo e o NEM como política neoliberal. Essas categorias apareceram com base na análise e na catalogação dos artigos, segundo a leitura feita da fundamentação teórica selecionada e com base na temática em comum dos estudos.

8.1 NEM/Currículo

Na categoria NEM/Currículo, encontraram-se os trabalhos de Salvino (2018), Costa e Silva (2019), Esquinsani e Sobrinho (2020), Santos (2021) e Silva e Scherer (2022).

Os estudos envolveram, principalmente, o debate sobre o currículo, a partir da influência das políticas neoliberais. Salvino (2018), Esquinsani e Sobrinho (2020) e Silva e Scherer (2022) salientaram que o currículo sofreu alterações de cunho neoliberal.

De maneira geral, a predominância de abordagens que atribuíssem centralidade à atividade dos estudantes poderia sinalizar uma maior evidência das vozes dos estudantes e funcionaria como garantia para a construção de modelos de escolarização mais horizontais e democráticos. Todavia, a rápida disseminação de metodologias ativas na escolarização brasileira ocorreu em um contexto de mudanças no capitalismo (Silva; Scherer, 2022, p.3).

É possível destacar que o currículo é um dos aspectos fundamentais, e os autores apontaram que a ideia de fazer com que os estudantes tenham mais participação também é vista como algo positivo. Contudo, o NEM não vem com a intenção de implementar um processo de escolarização democrático, mas de propor mudanças que atendam ao mercado.

Costa e Silva (2019) disseram sobre a importância da promoção de um currículo que favoreça as aprendizagens integrais, da mesma forma que Esquinsani e Sobrinho (2020) e Santos (2021), quando promoveram uma ideia de currículos emancipatórios.

Essas reformas neoliberais foram preconizadas por meio do estabelecimento das políticas neoliberais. Estas, segundo Freitas (2018), foram fundamentais para a precarização do magistério, do currículo e do processo educacional, que começaram a ser considerados como um processo de ascensão e progresso social.

O autor debate a ideia de que a política neoliberal tem fortes impactos na rotina dos estudantes, pois estes passaram a ser vistos como geradores de dados para o estabelecimento de uma política gerencialista, que visa aos resultados em detrimento da formação humanística (Freitas, 2018).

Todos os estudos analisaram o currículo, realizaram críticas e foram unânimes ao propor que o currículo do NEM é neoliberal e que a política visa apenas à preparação do sujeito para o mercado de trabalho. Silva e Scherer (2022) evidenciaram como as escolhas individuais dos alunos promovem uma ideia capitalista de indivíduo e a forma como se estrutura o currículo não promove uma educação integralizadora, mas excludente e promotora da competitividade entre os sujeitos para o mercado de trabalho, isto é, aquele que é mais capaz ocupará os melhores cargos.

De acordo com Lima e Maciel (2018), a política do NEM atende aos princípios neoliberais e neoconservadores, ao se alinhar aos princípios internacionais e à política econômica.

8.2 O NEM como política neoliberal

Nessa categoria, três artigos apresentam o NEM como política neoliberal: de Ferreira (2020); Weinheimer e Wanderer (2021), e Silva e Morais (2022).

Ferreira (2020), ao propor o NEM como política neoliberal, ressalta a importância das reformas, mas destaca como um retrocesso para a Educação, ao fortalecer a ideia de que é preciso reformular a agenda da política.

A reforma do novo ensino médio brasileiro e o avanço das ideias neoliberais nas políticas educacionais

Para Weinheimer e Wanderer (2021), o ensino neoliberal promove a competição dos estudantes, o que, segundo a perspectiva de Educação Integral, não é favorável, já que a Educação não deve preparar o sujeito apenas para atender às demandas do mercado, mas para a vida em sociedade.

Silva e Morais (2022) destacaram que o discurso neoliberal está nos livros trabalhados do NEM. No entanto, é preciso que condutas flexíveis promovam nos alunos condições específicas para sua atuação no mercado de trabalho.

Percebe-se a ideia neoliberal nos dois trabalhos anteriores. Conforme Souza e Hoff (2019), são esses discursos neoliberais que pautam as políticas implementadas a partir do Governo Temer, com o foco de desconstruir as políticas colocadas em prática nos governos anteriores e proporcionar a abertura do mercado.

Lima e Gomes (2022) apontaram que as reformas educacionais, a partir de 1990, tiveram seu enfoque principal nas ideias neoliberais e no preparo de mão de obra para o trabalho, o que evita disseminar a ideia de Educação Integral que promova a reflexão do estudante.

Harvey (2008) também mostra que é crescente, no meio social, uma camada conservadora que se propõe a ir contra diversos temas, como, por exemplo, à educação sexual. Esses grupos são extremistas e se pautam em princípios morais ditos “cristãos”, mas sem fundamentos, almejando um retrocesso nos processos sociais, o que prejudica o progresso da nação.

Harvey (2008) afirma que, no Estado neoliberal, as políticas sociais sofrem cortes severos porque o Estado deixa de intervir ao privatizar e dar espaço ao mercado, o que dá margem para o crescimento da desigualdade social. Santos (2012) também destaca que, desde 1990, o Brasil vem sofrendo diversas intervenções, a partir da política neoliberal, o que acarreta prejuízo de diversos direitos sociais garantidos por lei. A forte crise econômica que abalou o Brasil serviu como estopim para o processo de implementação das políticas neoliberais que, sem sucesso, reduzem as políticas sociais.

Na literatura pondera-se que o NEM não prepara de fato os jovens para a vida em cidadania, uma vez que seu foco é o mercado, a formação individual, a autopromoção e a competitividade entre os estudantes. A literatura é unânime ao apontar o currículo como mecanismo neoliberal e que exige reformulação. Logo, é importante rever a atual política, bem como a forma como o NEM foi implementado nos entes federados, de maneira a não

mais prejudicar a educação brasileira, mas sim contribuir para uma educação que tenha por prioridade a formação cidadã e reflexiva.

Kuenzer (2010) enfatiza que o Ensino Médio necessitava de reformulações, e que o Plano Nacional de Educação previa tais modificações. No entanto, Lima e Maciel (2018) salientam que não se esperava uma mudança radical na agenda da política, de forma a atender aos padrões internacionais e não à demanda social, pois a reformulação foi feita sem escutar professores, gestores, alunos, entre outros sujeitos que fazem parte da política.

É necessário destacar que existe a hipótese da presença de um recorte de estudos sobre a política do NEM e da sua relação com o neoliberalismo na base de dados selecionados. Os trabalhos encontrados apontaram essa relação, mas perceberam-se lacunas no processo, visto que nenhum deles tem a percepção dos professores ou dos gestores educacionais. Além disso, foi expressiva a falta de trabalhos que relacionem a forma como as políticas sociais foram atacadas. Os trabalhos não apresentaram esses pontos ou buscaram suprir tais aspectos.

9. Considerações finais

Neste artigo, a proposta foi analisar o que diz a produção científica sobre a influência do neoliberalismo na agenda do NEM, política educacional ratificada no Governo Temer e implementada no Governo Bolsonaro. O NEM se consolidou por meio de fortes pressões de órgãos internacionais, dos resultados das avaliações externas nacionais e internacionais e dos altos índices de evasão escolar. O modelo vigente foi considerado ultrapassado, disseminou-se a ideia de que não atendia aos anseios da juventude atual e que precisava ser reformulado.

A produção científica mostra que existem fortes estímulos neoliberais, e que essa política influenciou fortemente a consolidação do NEM no Governo Temer. Destaca-se que, diante de outras reformas, já ocorridas em âmbito nacional, a reforma do NEM foi a que apresentou mais retrocessos para a Educação. Ao longo dos Governos Collor, FHC, Lula e Dilma, foram consolidadas políticas neoliberais e desenvolvimentistas, mas tais modelos não foram aceitos e, com o *impeachment*, em abril de 2016, Temer assumiu a Presidência da República e implementou uma agenda neoliberal que congelou os gastos, o que foi compreendido como retrocesso para as políticas sociais.

A reforma do novo ensino médio brasileiro e o avanço das ideias neoliberais nas políticas educacionais

O NEM corresponde a uma parcela do pacote de reformas ocorridas no Governo Temer, que foram intensificadas no Governo Bolsonaro. A reforma do NEM desconsiderou a proposta de pesquisadores da área de educação, assim como a posição de professores, gestores e alunos. Tais ações neoliberais visaram ao prejuízo das políticas sociais e demandaram do Estado menos intervenção nas ações econômicas.

Consideramos que, diante dos resultados alcançados, nenhum dos trabalhos relacionou a percepção de gestores ou dos professores, tampouco fez uma relação com as políticas sociais e sobre como a reforma foi um retrocesso para os direitos sociais. Nesta perspectiva, há uma lacuna de pesquisas sobre o processo de implementação que investiga a temática e trabalha a relação da política social com as políticas atuais do sistema neoliberal.

Assim, na literatura, tem-se percebido forte pressão internacional para que os países se adéquem às políticas neoliberais, a partir do pressuposto da abertura de mercado e da ideia de livre comércio, ao propor um modelo de educação que atenda aos padrões internacionais e vise a estimular a juventude para o trabalho. A categoria que emergiu da pesquisa bibliográfica foi o neoliberalismo, com marcante presença na preparação do sujeito para o mercado de trabalho.

Por fim, é preciso elaborar pesquisas que busquem suprir as lacunas destacadas no presente artigo, sobretudo em contexto que a política do NEM foi compreendida como inadequada, relacionada às ideias neoliberais.

Referências

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2010.

BOCCATO, Vera Regina. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol.**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da educação básica 2020:** resumo técnico. [recurso eletrônico]. Brasília: Inep, 2021. 70 p. ISBN: 978-65-5801-012-8.

BRASIL. **Lei n. 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e as bases da educação nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 4 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura do. **EM n. 00084/2016/MEC** (Exposição de Motivos da proposta que ensejou a Medida Provisória n. 746, de 22 de setembro de 2016). Brasília, 2016.

CARINHOTO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, reforma do estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Aurora**, ano II, n. 3, Dez. 2008.

COSTA, Marilda.; SILVA, Leonardo. Educação e democracia: Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio sob a ótica de entidades acadêmicas da área educacional. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, e240047, 2019.

DUARTE, Rita de Cássia; DERISSO, José Luís. A reforma neoliberal do ensino médio e a gradual descaracterização da escola. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 2, p.132-141, 2017.

ESQUINSANI, Rosimar; SOBRINHO, Sidinei. O retrocesso da reforma do ensino médio, a BNCC, o neoliberalismo educacional e a marginalização dos institutos federais (IFs). **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 45, n. 1, p. 151-168, 2020.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A reforma do estado no período FHC e as propostas do governo Lula**. Inesc, 2004. p. 35 -55.

FERREIRA, Luan. Educação™: discussões sobre o “Novo Ensino Médio” do Brasil. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 254-270, 2020.

FERRETTI, Celso. A reforma do ensino médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, v. 93, n. 32, 2018.

FLEURY, Sílvia. **Seguridade social**. Inesc, 2004. p. 110-119.

FREITAS, Luiz Carlos. **A reforma empresarial na educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão popular, 2018. p. 160.

GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira. Interesses mercadológicos e o “novo” ensino médio. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 131-145, Jan./Jun. 2017.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução: Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

KUENZER, Acacia. O ensino médio no plano nacional de educação 2011-2020: superando a década perdida? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 851-873, jul./Set. 2010.

LIMA, Marcelo; MACIEL, Samanta. A reforma do ensino médio do governo Temer: corrosão do direito à educação no contexto de crise do capital no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, e230058, 2018.

LIMA, Maria; GOMES, Danyella. Novo ensino médio em Pernambuco: construção do currículo a partir dos itinerários formativos. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 16, n. 35, p. 315-336, 2022.

LUZ, Samuel *et al.* Reforma do ensino médio: contexto, caracterização e contrassensos. V Congresso Internacional das Licenciaturas (COINTER) - PDVL, 2018. **Anais [...]**, 2018.

A reforma do novo ensino médio brasileiro e o avanço das ideias neoliberais nas políticas educacionais

MACHADO, Eiel. Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 21/22, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n.3, p. 621-626, Mar., 2012.

MUCH, Liane Nair. **Desafios e possibilidades para a implementação do novo ensino médio em escolas públicas da região de Santa Maria, RS**. 2021. 284f. Tese (Doutorado) - Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, 2021.

PACCOLA, Marco; ALVES, Giovanni. Neodesenvolvimentismo, neoliberalismo e a correlação de forças nos governos Lula e Dilma. **Plural - Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 269-281, 2018.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, [S.l.], v. 12, n. 34, Jan./Abr. 2007.

SALVINO, Francisca. A continuidade/descontinuidade nos currículos de educação integral: reflexões a partir do programa ensino médio inovador em Campina Grande/PB. **Contrapontos [on-line]**, v. 18, n. 3, p.177-196, 2018.

SANTOS, André. Políticas contemporâneas para o ensino médio brasileiro: entre tradições disciplinares e o novo gerencialismo. **Hist. Educ.**, n. 40, p. 303-320, 2021.

SANTOS, Josiane Soares. **"Questão social": particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Francisco; MORAIS, Edvânia. Agenda neoliberal, juventude e trabalho: uma análise discursiva de coleções didáticas do Novo Ensino Médio. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 632-651, 2022.

SILVA, Roberto; SCHERER, Renata. A emergência das escolhas individuais como um princípio curricular no Brasil: uma crítica à escola do neoliberalismo. **Revista Portuguesa de Investigação Educacional**, n. 23, p. 1-25, 21 Set., 2022.

SOUSA, Angélica; OLIVEIRA, Guilherme; ALVES, Lais. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, Monte Carmelo, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021.

SOUZA, Mariana Barbosa; HOFF, Tuize Silva Rovere. Governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências para a habitação popular. **Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, n. 11, 2019.

TRISTÃO, Ellen. A opção neoliberal do primeiro mandato do governo Lula. **SER Social**, Brasília, v. 13, n. 28, p. 104-128, jan./jun. 2011.

WARREN MAGAZINE. Tripé macroeconômico: o que é, por que é importante e como funciona no Brasil. **Sítio Institucional Warren Magazine**, 2021.

WEINHEIMER, Gicele; WANDERER, Fernanda. O (novo) ensino médio na visão dos alunos: rastros da racionalidade neoliberal. **Práxis Educacional**, [S. l.], v. 17, n. 48, p. 517-535, 2021.

Sobre os autores

Rodrigo Gonçalves Duarte

Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Mestre em Educação pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID). Pós-graduado em Direitos humanos e questão social e em Pedagogia: Gestão e Docência pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- (UFMS/CPNV). Graduado em Pedagogia e Filosofia pela Universidade Santo Amaro (UNISA). É membro da Rede de Estudos sobre Implementação de Políticas Públicas educacionais (REIPPE). Membro do grupo de pesquisa Políticas Públicas de Esporte, Lazer, Educação e Saúde - GPPPELES/ CNPq/UFMS. E-mail: rodrigogduarte600@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7332-1193>

Dirceu Santos Silva

Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual da Campinas (UNICAMP), com estágio doutoral na University of Southampton (2012-2016). Mestre em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) (2010-2012). Graduado em Educação Física pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) (2006-2010). Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), (2016-atual), vinculado ao curso de graduação em Educação Física (Licenciatura e Bacharelado), e Professor Permanente do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado) em Educação (PPGEdu-UFMS). Líder do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte, Lazer, Educação e Saúde (GPPPELES-UFMS). E-mail: dirceu.silva@ufms.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4557-4118>

Recebido em: 29/08/2023

Aceito para publicação em: 18/12/2023